

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

CLEITON WILLIAM SANTANA

**A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO
DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**

ARIQUEMES
2015

CLEITON WILLIAM SANTANA

**A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO
DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.(a) Ms. Lara Cristina Cioffi.

Ariquemes

2015

Dados de publicação internacional na publicação (CIP)

Biblioteca setorial 06/UNIR

S232p

Santana, Cleiton William

A participação do magistério na política de valorização docente no município de Ariquemes. / Cleiton William Santana. Ariquemes-RO, 2015.

57 f. : il.

Orientador (a): Prof.(a) Me. Lara Cristina Cioffi.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Departamento Pedagogia, Ariquemes, 2015.

1. Magistério - Políticas. 2. Participação social - influências. 3. Sindicato - Ariquemes. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU: 37.14

Bibliotecária Responsável: Fabiany M. de Andrade, CRB: 11-686.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007

Av. Tancredo Neves, 3450 - Centro/ Ariquemes-RO / Cep: 76.872-848
Fone/Fax: (69) 3535-3563/ E-mail: campusariquemes@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

CLEITON WILLIAM SANTANA

**A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO
DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

Prof.ª M.e. Lara Cristina Goffi – DECED/UNIR

Membro: Prof.ª Esp. Márcia Ângela Patrícia – DECED/UNIR

Membro: Prof.ª Dr. Ilka de Oliveira Mota – DINTEC/UNIR

Ariquemes-RO, 08 de Julho de 2015.

Dedico este trabalho a minha família, principalmente aos meus avós José Cristino e Hortência Rosa e minha mãe lêda Aparecida, que são as pessoas mais importantes da minha vida, e que sempre acreditaram em meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe que plantou a semente, e aos meus avós que hoje colhem algum fruto desta planta que brotou, cresceu e produziu frutos consideráveis bons. A estes dou minha vida, sem eles a mesma não teria a mesma emoção que sinto hoje.

As forças divinas que acredito eu existir e que me permitiu driblar os tantos desafios imposto pela vida e que me fizeram lutar o bastante para continuar vencendo.

Aos meus vários amigos que fizeram sorrir e chorar entendo o procedimento que a vida nos cobra, em especial à Kárita, Glória, Andréia, Aline, Valquiria, Tiago, Thaila, Luh, José Carlos, Tibério Rocha, Ray, Thaís Carla, Taís Leite, Vânia, Silva, Faby, Ramon, Anderson, Wallison, Kelvin que puderam acompanhar esse processo de formação acadêmica.

Aos meus irmãos Clilton, Cleber e Cleverson, que sem dúvida nenhuma, são as estruturas significativas para o meu viver.

A minha cunhada Laura, seu filho Ruijhone e a minha sobrinha que acredito eu ser o ponto inicial de quase todas minhas conquistas até hoje.

A minha segunda sobrinha Ana Clara que veio ao mundo alegrar ainda mais a vida, com toda sua beleza.

A minha mãe lêda Aparecida, por ter permitido minha vinda ao mundo.

Aos meus avós, José de Oliveira e Hortência Rosa, por permitirem a minha vida, por trabalharem dia após dia, para que não faltasse o alimento em nossa mesa e também por terem dado oportunidade a toda bagagem de conhecimento que tenho hoje.

Aos meus professores desde os anos iniciais do ensino fundamental até o ensino superior que são os responsáveis por mais esse degrau conquistado.

A minha professora e orientadora Lara Cioffi que, mais que amiga soube me guiar até aqui, através de seu inteiro conhecimento científico, proporcionando-me um amplo conhecimento para a vida.

As bibliotecárias da Unir, Fabiany e Danielly que sempre me atenderam com um sorriso estampado no rosto.

Aos técnicos administrativos por contribuir em com todo processo acadêmico e transmitir os seus conhecimentos no meu período de estágio dentro da universidade.

RESUMO

A valorização do magistério é um tema de grande importância no contexto educacional brasileiro. A atuação dos docentes no sindicato da categoria e a influência destes na participação de melhorias em questões de valorização profissional foi o foco deste trabalho. Diante do atual descontentamento da categoria docente com as condições de trabalho e valorização do magistério, buscou-se encontrar respostas sobre a influência da categoria nas políticas de valorização docente através de estudos bibliográficos e também de pesquisa empírica. Primeiramente foi feito um estudo para entender o processo histórico da organização política da categoria docente por meio do movimento dos educadores no Brasil, a partir da década de 1980; após, fez-se um estudo sobre a condição do trabalho docente, onde a legislação foi abordada para conhecimento das orientações oficiais para esta política. A pesquisa de campo ocorreu nos meses de abril e maio de 2015, sendo esta feita junto a um Sindicato de trabalhadores da educação com ampla abrangência na região do Vale do Jamari, onde está, entre outros, oito municípios, a cidade de Ariquemes (RO), local escolhido para a fase empírica da pesquisa. Foi possível perceber que, apesar da influência da categoria em questões da política municipal de valorização do magistério, a categoria não compreende que obteve o êxito esperado, pois não está entre as prioridades do sistema político do país a efetivação dos direitos conquistados na legislação, uma vez que nem todas as garantias alcançadas foram de fato efetivadas no cotidiano profissional da categoria, apesar das grandes mobilizações políticas que impulsionaram de forma organizada (como exemplo, destacam-se a Anped, Anfope, Anpae) as reivindicações necessárias para que os direitos fossem conquistados. Conclui-se que o magistério de Ariquemes (RO) influenciou nos documentos elaborados sobre as políticas de valorização da categoria, porém o que falta é a concretização do que se garantiu em Lei.

Palavras-chave: Política de Valorização do Magistério; Participação Social e influência; Sindicato; Ariquemes.

ABSTRACT

The appreciation of the teaching is a major issue in Brazilian educational context. The role of teachers in the labor union and the influence of these improvements in the participation in professional development issues was the focus of this work. In today's discontent of the teaching category with the working conditions and enhancement of teaching, she sought to find answers about the influence of the category in valuation policies dcete through bibliographical studies as well as empirical research. First a study was done to understand the historical process of the political organization of the teaching category through movement of educators in Brazil, from the 1980s; after, there was a study on the condition of teaching, where the legislation was addressed to knowledge of the official guidelines for this policy. The fieldwork took place in April and May 2015, which is made at an Education Workers' Union with wide coverage in the Jamari Valley region, where, among eight other municipalities, the city of Ariquemes (RO) , venue for the empirical research phase. It could be observed that despite the influence of category issues of municipal policy for teaching appreciation, the category does not understand who got the expected success because it is not among the priorities of the country's political system the realization of the rights won in the legislation, as that not all the guarantees achieved were actually effect on the daily lives of the category, despite major political mobilizations that drove in an organized manner (as an example, we highlight the Anped, Anfope, ANPAE) the necessary claim on which the rights were won. It is concluded that the teaching of Ariquemes (RO) influence the documents prepared on the category valuation policies, but what is missing is the realization of what is guaranteed by law.

Keywords: the Magisterium Valuation Policy; Social participation and influence; Union; Ariquemes

LISTA DE SIGLAS

ANDES- Associação Nacional do Ensino Superior.

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

APEOESP-Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

CF – Constituição Federal.

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CONAE – Conferência Nacional de Educação.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PL – Projeto de Lei.

PME – Plano Municipal de Educação.

PNE – Plano Nacional de Educação.

SINTERO- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia.

UNIR- Universidade Federal de Rondônia.

UTE- União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	12
2.1 O contexto histórico da organização política do magistério no Brasil a partir da ditadura militar.....	12
2.2 O magistério se organiza.....	15
2.3 A importância da organização coletiva na luta de classes	18
3 A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: DAS ORIENTAÇÕES NACIONAIS À POLÍTICA LOCAL NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES (RO)	23
3.1 A valorização do magistério na legislação brasileira	24
3.2 A política de valorização do magistério no município de Ariquemes (RO).	27
3.3 Valorização do magistério nos Planos de Educação.....	31
4 METODOLOGIA.....	38
5 A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES	41
5.1 A representação sindical e sua participação nos processos políticos pela valorização do magistério na rede municipal de ensino de Ariquemes (RO)	42
6 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	56
APENDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA OS PROFESSORES	57

1 INTRODUÇÃO

A participação do magistério na política de valorização docente é questão de extrema importância para que seja concretizada a luta pela carreira docente, uma vez que garante o protagonismo da categoria nas conquistas que avançarm na valorização destes profissionais.

A presente pesquisa foi elaborada para atender ao requisito de conclusão de curso de Graduação da Universidade Federal de Rondônia, UNIR-Campus Ariquemes do Curso de licenciatura em Pedagogia. O estudo é intitulado “A participação do magistério na política de valorização docente no município de Ariquemes” e tem como objetivo investigar a atuação dos docentes no sindicato da categoria e a influência destes na política de valorização do magistério.

A aproximação deste pesquisador com o tema dá-se a partir do envolvimento do mesmo com movimentos sociais que militam na formação política da juventude ariquemense. Desta forma, importa conhecer o espaço de participação e influência em políticas públicas enquanto possibilidade de democratização das decisões que reverberam na condição do trabalho do professor, uma vez que o curso que ora se conclui é uma habilitação para o exercício do magistério, assim, conjugasse militância à formação profissional deste autor.

A atuação junto às bases da juventude ariquemense, possibilitou perceber o pouco interesse dos jovens com a carreira do magistério e; a atuação enquanto estagiário na rede municipal de ensino de Ariquemes, também apresentou o descontentamento da categoria docente com as condições de trabalho e valorização do magistério. Assim, buscou-se com esta pesquisa, discutir as possibilidades da organização política do magistério no Brasil para, a partir daí, participar e influenciar nas políticas de valorização docente no país.

Para realização da pesquisa em tela, um estudo foi feito para entender o processo histórico da organização política da categoria docente por meio do movimento dos educadores no Brasil a partir da década de 1980 (ABREU, 2014; CUNHA, 2009; CIOFFI, 2013); fez-se também estudo documental a partir da legislação nacional e municipal para conhecer as políticas de valorização docente vigentes (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2014; ARIQUEMES, 2007; ARIQUEMES, 2010).

A pesquisa de campo ocorreu no meses de abril e maio de 2015, sendo esta feita junto a representantes sindicais vinculados ao maior sindicato de profissionais da educação da região estudada. A intenção da investigação empírica foi conhecer a participação do magistério nos processos decisórios acerca dos seguintes documentos norteadores da política de valorização docente: Plano Municipal de Educação/Ariquemes; Plano de Carreira e Valorização dos Profissionais da Educação de Ariquemes; Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Foi possível verificar que o magistério de Ariquemes (RO) influenciou nos documentos elaborados sobre as políticas de valorização da categoria, porém o que falta é a concretização do que se garantiu em Lei.

Na seção 2 deste trabalho, encontra-se o processo histórico da organização do magistério no Brasil e sua organização enquanto categoria; Na seção 3 analisamos a valorização do magistério nas legislações vigentes e ainda nos documentos elaborados no âmbito nacional e municipal; Na seção 4 temos a descrição da metodologia que foi usada para desenvolver o trabalho; Na seção 5 encontra-se a análise feita a partir da pesquisa de campo; e, por último, temos a conclusão da pesquisa.

2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

No Brasil, diferentes categorias delinearam uma história de luta por melhorias nas suas condições de trabalho. Entre todas as formas de reivindicação acontecidas no Brasil em busca de melhorias enquanto categoria, importa neste trabalho, observar o processo de organização do magistério.

Nesta sessão, está apresentado o contexto histórico em que ocorre a organização política do magistério no Brasil, com recorte a partir do período da ditadura militar (1964 – 1984), pois as bandeiras defendidas pelos movimentos de educadores com atuação política na atualidade, surgem a partir desta época.

Também relata-se a forma que o magistério se organizou politicamente de acordo com as possibilidades históricas que a categoria viveu no período mencionado.

2.1 O contexto histórico da organização política do magistério no Brasil a partir da ditadura militar

O golpe militar ocorrido em 31 de março de 1964 marca definitivamente o período de efervescência política que o país vivia no início da década de 1960 e estabelece uma ruptura no processo democrático em marcha naquele momento histórico.

Na educação, um marco deste cenário é a participação de Paulo Freire no governo central capitaneado uma proposta inovadora no enfrentamento aos altos índices de analfabetismo do país.

O Golpe Militar, pondo fim a diversas iniciativas de cunho popular, e estabelece um período de repressão a todo e qualquer tipo de reivindicação da classe trabalhadora. Ainda assim, a classe operária insiste em combater o controle arbitrário dos governos militares. Neste bojo, está inserida a luta do magistério, que, comparado à mobilização de outras categorias, verifica-se que o contexto não foi diferente,

(...) a situação imposta pela Ditadura Militar (repressão e controle) levava a crer que uma greve operária seria quase que uma anomalia, pois os governantes acreditavam no controle total da sociedade civil. Mas na década de 1970 ocorreu um agravamento da exploração da força de trabalho e o empobrecimento relativo dos trabalhadores

apesar de uma intensa acumulação de capital (“Milagre brasileiro”) (DE OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Nessa década de 1970, o país vivia um período de ditadura militar e lógica desenvolvimentista em que se exaltava a força do trabalhador, mas contraditoriamente, esta força era explorada e o salário não condizia com o trabalho exercido. Esta contradição, somada à intransigência dos patrões respaldados pelo Estado em não negociar as perdas salariais, levaram os trabalhadores a dar início às greves de 1978 no ABC paulista (FREITAS, 1999).

As várias formas de manifestação organizadas pelo setor operário puderam contribuir no sentido de mobilização da classe trabalhadora por melhorias salariais e direitos trabalhistas, avançando no processo de redemocratização da sociedade. Abreu (2014) destaca, como exemplo, as greves operárias como manifestações em prol de mudanças,

Entretanto, apesar de nesse contexto vários movimentos sociais eclodirem, foi o movimento operário que atuou como protagonista do núcleo de resistência contra o regime militar imposto pela ditadura militar com o golpe de 1964 com a retomada das greves do ABC Paulista (ABREU, 2014, p. 4).

Esses operários lutavam pelos seus direitos marcando esse período como uma época de lutas com formas de reivindicação marcadas por greves e protestos,

A nova conjuntura se abriu no final da década de 70 com a retomada das lutas sindicais marcada pela campanha de reposição das perdas salariais iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1977, pela greve na Saab-Scania em 1978 e pela eclosão de uma série de lutas sindicais e populares contra o regime, oferecendo um momento fértil para o crescimento, a generalização e rearticulação das lutas dos professores (ABREU, 2014, p. 4).

Diante da fala do autor, podemos concretizar a ideia da importância do processo político vivido pelo Brasil no final da década de 1970 e início de 1980, para o movimento dos professores, para a sua organização enquanto classe trabalhadora e pela sua luta em prol da melhoria da escola pública brasileira, como destaca Freitas ao discutir o movimento dos educadores, “desde o final dos anos 1970, com o processo de democratização da sociedade, passa a colocar novas exigências para a melhoria da escola básica e para a formação de professores” (FREITAS, 1999, p.

3). Esta autora contextualiza o processo de organização política do magistério no Brasil destacando o cenário político-educacional do período, onde o grande crescimento da urbanização na década de 1970 foi um dos norteadores da universalização da Educação Básica, expandindo dessa forma também a formação de professores em curto prazo. Esse crescimento ocorre principalmente no setor privado da educação, precarizando ainda mais a carreira docente.

A organização social aos moldes capitalista, ao mesmo tempo em que promove a precarização do setor educacional, estabelece uma relação de dependência com ele. Segundo Tuckmantel (2002),

As relações capitalistas transformam os meios urbanos em centros comerciais e industriais com grandes concentrações populacionais. Nesse processo, as cidades tornam-se centros de atividades econômicas, políticas e industriais. A escola se encontra vinculada diretamente ao político e ao cultural uma vez que exige o desenvolvimento da intelectualidade do ser humano e, também, o desenvolvimento da qualificação intelectual exigida pelas novas funções econômicas (TUCKMANTEL, 2002, p. 34).

Diante deste quadro que contraditoriamente exige ampliação do setor educacional na mesma medida em que descompromete-se com a carreira docente, os protestos se intensificam e associações são criadas para tentar reverter a situação precária que era imposta pelo regime militar à classe trabalhadora e, diante da necessidade de escolarização em massa, especialmente, aos professores.

Com essas transformações em rumo no país e com a necessidade de uma expansão na educação, têm-se a necessidade de formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. Essa preocupação com a educação do trabalhador assalariado não está associada a sua função social, mas sim voltada para o interesse do sistema capitalista.

E, se, por um lado, a desvalorização do trabalho manual é ilusoriamente atribuída à falta de escolarização, de outro, a escola se encontra, estreitamente, vinculada com o desenvolvimento intelectual do ser humano e com a sua preparação e desenvolvimento profissional. Importa-nos, livrar o proletariado das ilusões, desenvolvendo suas expectativas, possibilitando, através de sua capacitação intelectual, a destruição das condições objetivas de trabalho manual que impedem o trabalhador de refletir sobre a sua prática tanto profissional quanto social. A escolarização pode vir a ser um instrumento necessário para a superação da prática que faz do trabalho, manual e também o intelectual articulado aos interesses

burgueses, um fator de exploração e dominação humana (TUCKMANTEL, 2002, p. 37).

Diante disto, o trabalho do professor em sala de aula apresenta-se com dupla possibilidade: atender aos desejos do sistema capitalista, reproduzindo assim uma massa de educandos com o pensamento voltado ao interesse do mercado de trabalho; ou formação da classe trabalhadora para a construção de outra sociedade marcada pela busca de um sistema mais justo e igualitário na distribuição do saber.

2.2 O magistério se organiza

Para construir um modelo de educação que contribua para o projeto contra hegemônico, os setores progressistas do magistério buscaram estratégias para sua organização em prol de melhoria de formação, remuneração, valorização profissional através da visão política da categoria.

Cioffi (2013) relembra o processo de organização do magistério neste período como um movimento da classe trabalhadora como um todo, que a partir de alianças envolvendo movimentos sociais de vários setores tem seu marco no I Seminário de Educação Brasileira, em 1978, marco que demonstra a resistência popular à ditadura militar. É um período em que se fortalecem diversos processos associativos que se concretizam na fundação de associações de classe tanto de trabalhadores rurais como do operariado urbano, além de grupos específicos como de mulheres, de movimentos de base, etc. Neste processo, dá-se a I Conferência Brasileira de Educação (CBE), em 1980 (BRZEZINSKI *apud* CIOFFI, 2013)¹.

Estes eventos gestaram o processo de organização do magistério na arena pela construção da Constituição Federal de 1988.

Fortalecido pela mobilização social, no final da década de 1980, o movimento de educadores se organizou em fóruns. O primeiro foi o Fórum Nacional da Educação na Constituinte, no qual entidades da sociedade civil, comprometidas com um projeto de educação para emancipação, uniram-se para os embates entre forças antagônicas nas batalhas pelo que ficaria garantido no texto constitucional. Destaca-se, nesta arena, a disputa entre os privatistas e os defensores da escola pública brasileira. Neste momento, não houve uma proposta específica pela formação docente, mas sim, de forma genérica, pela valorização do professor (CIOFFI, 2013, p. 27).

¹ BRZEZINSKI, I. Formação de professores: a dimensão política e o compromisso social do pedagogo como professor, investigador e gestor educacional. Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP, Vol. 1, n. 3, p.51-75. Dezembro, 2009.

Esse modo de organização contribuiu então para que a força do magistério pudesse eclodir diante dos seus anseios, dando motivos positivos para a categoria dar continuidades às organizações.

Os anos de 1987 e 1988 foram de luta na Assembléia Nacional Constituinte e algumas das principais reivindicações dos professores foram finalmente atendidas: a definição de 18% do orçamento Federal e 25% dos Estados e Municípios para a Educação, aposentadoria aos 25 anos de magistério, plano de carreira, direito a piso salarial, direito de sindicalização de funcionários públicos, estabilidade para professores com mais de 5 anos de magistério, direito ao 13º salário integral, gratificação de 1/3 de salário de férias, direito de greve, direito para as entidades entrarem com ações coletivas em nome de seus associados, etc (TUCKMANTEL, 2002, p. 84).

Esse período foi de grande importância para os brasileiros, onde aconteceu a promulgação da lei fundamental e suprema do Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil, sendo a lei maior e fundamento para as demais esferas, situando-se como a principal para todas as outras e as garantias educacionais conquistas fundamentam diversas conquistas alcançadas pela população.

Diante da conquista alcançada na legalização, a luta dos educadores ficou fortalecida, inclusive quanto ao direito de greve,

O ano de 1989 foi palco da mais longa Greve já registrada no Estado de São Paulo: 80 dias em defesa da Escola Pública e por um Piso Salarial Profissional. O resultado deste episódio foi o reajuste de 51 a 126%. No mês de julho daquele ano, após a Greve, o Professor I atingiu um poder de compra equivalente a mais do dobro do que é hoje (TUCKMANTEL, 2002, p. 84).

Partindo deste contexto de lutas e conquistas, o magistério brasileiro propõe medidas julgadas necessárias para que o processo de transformação em prol da melhoria nas condições do trabalho docente se concretizasse. Freitas (1999), tratando da história da mobilização do magistério, apresenta as negociações da ala progressista com o Centrão no período da elaboração da Constituição Federal como um momento de acordo com os setores conservadores para assegurar algumas garantias dentre as muitas propostas apresentadas pelos educadores para a categoria.

Este processo político exigiu uma forte organização do magistério em associações e entidades de classe para fortalecer a condição de disputa política não só no momento da Constituinte, mas num processo constante junto ao Congresso Nacional.

Segundo Abreu (2014), datam desse período a reorganização da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), surgimento da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE) e da Associação Nacional do Ensino Superior (ANDES).

A arena de luta atualmente apresenta-se principalmente nas Conferências de Educação que ocorrem em âmbito municipal, estadual e nacional, principalmente no processo de construção dos Planos de Educação. Também destaca-se a participação do magistério organizado em Conselhos de Educação e em Fóruns permanentes que buscam monitorar as ações previstas nos Planos, seja amplamente discutindo o setor educacional, seja em Fóruns e Comitês específicos como os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, Comitês Territoriais de Educação Integral, etc. onde as Associações, quando não são convidadas, solicitam cadeira no colegiado.

Destacam-se as seguintes organizações em defesa do magistério, conforme apresentadas no quadro 01;

Quadro 01 – Organizações em defesa do magistério

Associação	Sigla	Ano de Criação	Causa
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	CNTE	1990	Participação no cenário Político-social.
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	ANPED	1976	Universalização e desenvolvimento da educação no Brasil
Associação Nacional de Política e Administração da Educação	ANPAE	1961	Política e Gestão da Educação.
Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação	ANFOPE	1970	Formação e valorização dos profissionais da Educação.

Fonte: elaborado pelo autor, 2015.

As lutas empreendidas pelas organizações em defesa do magistério, ainda que não tenham se esgotado, refletiram em avanços nas garantias legais para a carreira do magistério, de maneira especial, no setor público, como estabelecimento de piso salarial para a categoria, ingresso na carreira pública por concurso e prova de título, políticas de valorização e formação docente. Mesmo que as conquistas prescritas na legislação não tenham se efetivado nos contracheques dos docentes, o fato de constar em Lei fortalece a luta da categoria.

Discutir a luta da categoria docente e analisar os avanços e limites deste processo, remete à reflexão sobre os escritos marxistas sobre a sociedade capitalista, o processo de exploração de uma classe sobre a outra e as implicações políticas da mobilização da classe trabalhadora pelo enfrentamento a esta condição de luta desigual.

A seguir, registra-se o estudo do referencial marxista sobre a luta de classes no contexto da sociedade capitalista.

2.3 A importância da organização coletiva na luta de classes

Pensar a luta de classes no contexto da sociedade capitalista, implica considerar a possibilidade do enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas, ainda que o embate não ocorra em condições de igualdade, ainda que se reconheça o quanto a classe dominante encontra-se favorecida no sistema atual para alcançar a perpetuação de seu poder.

Neste sentido, não tomamos aqui os escritos de Karl Marx como referencial de um sistema pedagógico, embora já existam pesquisas que discutiram e construíram as fundamentações marxistas para o estudo do setor educacional. O estudo que aqui se apresenta, lança mão do referencial marxista para compreender a formação do sistema social em que estamos inseridos e propõe-se a discutir a luta do magistério por políticas de valorização docente considerando,

(...) o grande interesse de Marx e Engels em aclarar, em todos os casos, a complexa articulação que se dá, por um lado, entre formas educativas escolares e não escolares e, por outro, entre atividade escolar e meio histórico. (...) Porém, não se trata tampouco, como já sugerimos, da mera constatação de uma relação, mas sim de uma análise concreta através da divisão do trabalho nas formações sociais capitalistas (MARX E ENGELS, 2011, p.20).

Diante disso se faz necessário interpretar os objetivos do sistema ao qual estamos submetidos e compreender a educação como um dos principais meios de transformação, podendo esta ser no sentido de transformar ou alienar. Por isso tomamos como base a reflexão a cerca dos processos históricos vividos pela humanidade.

Trata-se de uma busca pela compreensão do sistema ora estabelecido para entender o processo de surgimento das classes e as diferenças entre elas. Na concepção materialista, apreende-se que

(...) as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época que se trata (ENGELS, 1979, p.54).

Marx, em sua época, reflete sobre a história da humanidade e o meio explorador impulsionado pelo sistema social. A crítica se dá por conta da exploração do trabalho humano. Entender o sistema capitalista em Marx é buscar explicações para a realidade social dos dias atuais, diante disso, educação, economia e política são objetos de estudo essenciais. Como bem observa Lombardi (2005, p.8).

Marx e Engels não fizeram uma exposição sistemática sobre escola e educação. Ao contrário de terem produzido uma “teoria pedagógica”, as posições que foram se desenvolvendo encontram-se diluídas ao longo de toda a vasta obra que produziram, estando a problemática educacional indissociavelmente articulada às diferentes questões sobre as quais se debruçaram (LOMBARDI, 2005, p.8).

Em 1948, Marx e Engels escrevem o “Manifesto do Partido Comunista” e já denunciam o sistema desigual a partir do poder estabelecido pela classe capitalista sobre o processo produtivo: “Na sociedade atual, os meios de trabalho são o monopólio da classe capitalista; a dependência que daí decorre para a classe operária é a causa da miséria e da servidão em todas as suas formas” (MARX; ENGELS, 2010, p.99). Ainda que a produção esteja diretamente vinculada à força de trabalho da classe operária, o produto do trabalho não pertence ao produtor, impedindo a condição igualitária entre as classes.

Se tomarmos inicialmente a expressão “produto do trabalho” no sentido de objeto produzido pelo trabalho, então o produto coletivo do trabalho é a “totalidade dos objetos produzidos pela sociedade” (MARX e ENGELS, p.101).

Reside aqui a denúncia dos autores sobre a grande injustiça em que a classe trabalhadora é submetida, onde o trabalhador desenvolve todo o processo de produção e recebe uma pequena parcela, intitulada salário, que garante (ou não) precariamente a sua subsistência. É nesse sentido que Marx e Engels destacam a importância da luta para o rompimento dessas relações injustas entre as classes, onde o burguês se apodera do trabalho humano e o proletário, por sua condição histórica, tem dificuldades para romper com esta relação, perpetuando com isso a reprodução do trabalho explorado que tende cada vez mais a aumentar, uma vez que a má distribuição da produção resulta, também, na má distribuição dos meios de consumo.

O modo capitalista de produção repousa no fato de que as condições materiais de produção são entregues aos que não trabalham sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, enquanto a massa é proprietária apenas da condição pessoal de produção, a força de trabalho. Distribuídos deste modo os elementos de produção, a atual distribuição dos meios de consumo é uma consequência natural. Se as condições materiais de produção fosse propriedade coletiva dos próprios operários, isto determinaria, por si só, uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. (MARX e ENGELS, s./d., vol. 2, p. 215).

O processo histórico da humanidade está ligado ao trabalho, por isso entender o sistema social é uma busca pelo entendimento da própria história humana. Segundo o referencial marxista, a consciência é produzida no contexto da compreensão da história e do processo social que constrói a realidade produzida pelos homens e mulheres no processo de produção de suas existências. É neste sentido que este trabalho busca no marxismo ferramentas para a compreensão da realidade e construção de uma consciência de classe na categoria do magistério, percebendo que parte daí a iniciativa de mudanças.

É importante retomarmos a história a partir do processo de transição do feudalismo para o capitalismo ainda na idade média. Naquela época o cristianismo era o detentor do conhecimento intelectual e o modo de produção era predominantemente agrário, sendo que os senhores feudais eram os donos das terras e os servos eram os trabalhadores que produziam a sua existência e a existência do senhor feudal em troca de sua sobrevivência e proteção. As transformações econômicas produzidas pelo fortalecimento da comercialização,

inclusive entre continentes, marcam um novo tempo nestas relações, fortalecendo a classe burguesa que protagoniza o novo momento comercial, onde o capitalismo começa a tomar forças com o livre comércio dos produtos agrícolas e artesanais excedentes.

Com as mudanças, inovações e evoluções proporcionadas pelas transformações socioeconômicas e políticas desse período de transição (modo de produção do feudalismo para o capitalismo), manifestavam-se as exigências das sociedades na procura de um maior grau de adequação do ser humano aos novos tempos, já que a educação formal persistia na doutrina cristã, no método escolástico ditado pela Igreja Católica. Entretanto, com a estabilização de um novo modo de produção, capitalista e o surgimento de uma nova classe dominante, a burguesia, surgia à necessidade de formar o homem voltado para as questões da realidade. (RODRIGUES E FAVARO, 2010, p.06).

É importante entender esses processos históricos para compreender a ruptura com uma forma de exploração do homem pelo homem no contexto feudal para um outro modo de produção, também explorador, mas que estabelece outra classe na condição de classe dominante exploradora, ou seja, a classe burguesa que passa a ser a classe que domina o processo de produção material, promove uma ruptura com o feudalismo onde o predomínio era dos grandes proprietários de terras.

Com isso a luta entre explorador e explorado, segundo Marx, continua a ser pela divisão justa do produto do trabalho, entendendo que o modo de produção firma-se nos meios de produção de sua época, e que, no sistema capitalista, vem do trabalho humano importante força produtiva. Com isso o trabalho, enquanto ação do homem para a produção de sua existência, é resultado da força de trabalho da classe operária e não apenas dos meios de produção sob domínio da classe burguesa. Na visão marxista, a distribuição da produção não é justa, uma vez que a propriedade da produção fica exclusivamente na mão do capital, ou seja, quem trabalha não recebe o merecido na distribuição da produção determinada pelo sistema capitalista.

Portanto, o sistema capitalista por ter como característica uma contradição marcante entre as classes sociais (ricos e pobres), torna-se desumana a relação entre essas classes, pois uma das artimanhas mencionadas por Karl Marx, é que o homem passou a ser considerado uma mercadoria, que recebe (dinheiro) o valor

mínimo muitas vezes, para sua própria sobrevivência, ou seja, uma mercadoria que vem atender a classe dominante, que visa à acumulação do capital (RODRIGUES; FAVARO, 2010, p.13).

O modo como o sistema capitalista submete o trabalhador é totalmente injusto, pois a classe trabalhadora recebe uma quantia em dinheiro em troca de seu trabalho, enquanto o capitalista tem um lucro significativo mesmo sem participar da ação de produção.

Segundo Marx e Engels (2010, p. 112), “para poder efetivamente lutar, a classe operária deve organizar-se em seu país como classe, sendo o respectivo país teatro imediato de sua luta”. Diante disso, nos remete a pensar em quanto classe que a organização é um poder que, uma vez conquistado e de forma coletiva, poderá trazer benefícios em prol da classe trabalhadora.

Na perspectiva da organização política, Marx e Engels (2010, p.83) defendem que os explorados “Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser atingidos pela derrubada violenta de toda ordem social passada”. Nesse sentido, entendemos que a classe proletariada só terá valorização e reconhecimento se tomar o poder, no sentido de reivindicações organizadas, entendendo o processo histórico que se tem a partir da relação entre patrão e empregado e compreendendo que, no atual sistema social brasileiro, participação social e influência em políticas públicas, significa poder, ou minimamente, limitação do poder do Estado.

3 A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: DAS ORIENTAÇÕES NACIONAIS À POLÍTICA LOCAL NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES (RO)

As leituras feitas sobre a valorização do magistério no Brasil visam a compreensão no âmbito da legislação no final da década de 1980 para início de 1990 com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB N° 9394/1996).

As reformas educacionais, empreendidas no Brasil a partir da década de 1990, demonstram a estreita relação de suas diretrizes com a materialização da reconfiguração capitalista no cenário mundial (CUNHA, 2009, p. 1).

Apesar desse cenário, nas reformas educacionais ainda não se pode afirmar as conquistas que abragem de forma significativa o setor educacional. Podemos compreender que esses processos tiveram relação com o período de desenvolvimento industrial no Brasil, demandando o atendimento escolarizado à massa proletariada.

O desenvolvimento econômico e industrial no país marca vários setores da sociedade brasileira, tornando mais evidentes as diversas categorias profissionais que se especificam ou surgem nesse período (CUNHA, 2009, p. 6).

Esse desenvolvimento econômico influenciou a diversificação das profissões almejada pelos setores capitalistas que buscavam uma maior especialização para a mão de obra, com isso, a educação é vista como peça fundamental para a formação do operariado brasileiro. Este contexto exige uma ampliação do atendimento educacional e, conseqüentemente, um número maior de profissionais do magistério para atender à demanda ampliada.

Este novo cenário favorece a luta do movimento dos educadores por maiores direitos ao professorado, fato que se reflete na legislação deste período

Embora algumas garantias para os profissionais do magistério tenham sido incluídas na Constituição, na LDB nº 9.394/96 e em outros dispositivos legais como direitos a serem assegurados tais garantias receberam novos contornos nas reformas educacionais que se sucedem na década de 90, por conta dos acordos internacionais e do compromisso do pagamento da dívida externa do país, que concorrem para delimitar os gastos sociais, especialmente da educação (CUNHA, 2009, p. 8).

No entanto, Cunha (2009) denuncia as perdas das conquistas recém adquiridas a partir do contexto das reformas educacionais da década de 1990, período da mundialização da política educacional neoliberal, imposta pelos organismos internacionais.

Apesar de a Constituição Federal brasileira prever como base do ensino público, dentre outros, o princípio da valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes planos de carreira com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (art. 206, inciso V), essas garantias são postergadas, pois sua concretização é remetida a leis posteriores (CUNHA, 2009, p. 8).

Ou seja, a prescrição legal da valorização do magistério na Constituição Federal e LDB N° 9394/1996, não deu efetividade às conquistas, ficando estas submetidas a normatizações e regulamentações que só ocorrem no sistema legislativo brasileiro a partir da mobilização da categoria.

Apesar das várias conquistas em prol da valorização do magistério no Brasil, não podemos afirmar que estão sendo usufruídas pelos profissionais dessa categoria. Podemos perceber claramente a forma de manobra que o sistema político brasileiro exerce, ora estabelecendo garantias em Leis, ora exigindo regulamentações para a efetividade das mesmas.

(...) as próprias políticas não são implantadas de forma integrada, pois dentro dessa política denominada de valorização do magistério, são traçadas políticas focalizadas para atender a cada mecanismo, como por exemplo, as denominadas políticas de formação, política de salário, etc. (CUNHA, 2009, p. 11).

Cunha (2009) atenta-nos para a fragmentação da política de valorização do magistério no Brasil, fato que desmobiliza a luta, pois parcializa os movimentos em defesa do magistério.

3.1 A valorização do magistério na legislação brasileira

Com base na Constituição Federal, mais precisamente no artigo 206, no inciso V, onde esclarece a base e os princípios de ensino e a valorização dos profissionais da educação:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

A partir desses princípios legalmente instituídos a partir de 1988, percebemos o caminho percorrido no sentido da valorização do magistério no Brasil que visa o início de uma reforma em relação ao ensino e a valorização do magistério. Outra ferramenta de valorização do magistério na Constituição Brasileira de 1988 é o piso salarial nacional para esses profissionais, entendendo que a partir de um valor equiparado nacionalmente possa diminuir as desigualdades em nível salarial, este direito, só foi incluso no texto constitucional em 2006, via Emenda Constitucional Nº 53.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Apesar das políticas de valorização conquistadas até hoje, percebemos, na citação acima, precisamente no parágrafo único, que a União, o Distrito Federal e os Municípios farão uso de um tempo para adequação dos Planos de valorização o que fica vago no sentido de qual será esse prazo para que de fato essas adequações sejam elaboradas e aprovadas. Nesse sentido, não bastam ter garantias, mas, sim, fazer com que esses direitos sejam válidos na prática. Sobre a valorização dos profissionais da educação, precisamente para o magistério, podemos entender a partir do Artigo 67 da LDB Nº 9394/1996 sobre a responsabilidade de promoção dos profissionais da educação.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Sobre o ingresso do profissional da educação que se dará através de concurso público, garantia de piso salarial, garantido o aperfeiçoamento e afastamento para esse fim sem ser prejudicado em relação à remuneração. Nesse sentido, podemos identificar as garantias para o magistério que incluídas nessa política de valorização fará jus de seus direitos, tendo progressão na sua carreira com remuneração equiparada ao seu nível de profissionalização, tempo de estudos reservados para a execução de seu trabalho, para então assim poder desenvolver um trabalho de qualidade. Ainda dentro deste contexto, Cunha (2009) diz sobre o Plano de Carreira:

(...) é um importante ponto da valorização do magistério público, pois trata de questões básicas da profissão docente, dentre estas, a forma de progressão na carreira, qualificação de professores, jornada de trabalho, condições de trabalho, número de alunos por turma, além do salário, entre outras questões (CUNHA, 2009, p.14).

Dentre as garantias que se buscam junto ao Plano de Carreira, podemos afirmar que este é um instrumento de grande importância para a garantia da valorização do professor. Cunha (2009) ainda sustenta que:

(...) a questão salarial envolve debates intensos e consta como um dos temas da política educacional em discussão no cenário nacional. Setores significativos da sociedade defendem que cabe ao governo federal o estabelecimento do piso salarial profissional para professores. (CUNHA, 2009, p.16).

O salário do magistério é um assunto de grandes debates nas políticas de valorização classes, além de vários outros fatores que são tratados de suma importância para que a valorização realmente aconteça. Dentre esses fatores, o piso salarial é visto como uma ferramenta fundamental para que de fato ocorra a mudança significativa em prol da valorização da classe acima mencionada.

3.2 A política de valorização do magistério no município de Ariquemes (RO).

O município de Ariquemes trata do Plano de Cargos, carreiras e salários dos servidores do sistema de ensino por meio da Lei Municipal N° 1305, de 22 de Junho de 2007, que trata dos seguintes princípios básicos em seu Artigo 3°.

Art. 3° A Carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal tem como princípios básicos:

I - Qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - A valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

III - A progressão por merecimento e por mudança de nível. (ARIQUEMES, 2007).

Uma vez garantida a valorização desses profissionais da educação pela Constituição Federal e também na legislação municipal, esse setor tem com base a Lei para suas reivindicações. O município ainda tende a valorizar o profissional pelo seu desempenho em sua função e a qualificação mediante à formação continuada dos mesmos.

O Artigo 4° trata dos cargos dos funcionários da educação e sua distribuição em níveis, levando em conta escolaridade e tempo de serviço.

Art. 4° Os cargos do quadro da Educação do Sistema Municipal de Ensino de Ariquemes são constituídos por profissionais da educação distribuídos em níveis e referências de acordo com sua escolaridade e tempo de serviço. (ARIQUEMES, 2007).

A escolaridade dos profissionais da educação é valorizada no processo de ingresso, via concurso com prova de títulos, sendo que a Lei N° 1305/2007, em seu Artigo 4°, estabelece os seguintes Níveis:

§ 1° Do Professor:

- a) Nível I – formação em nível médio, na modalidade normal (magistério);
- b) Nível II – formação em licenciatura curta.
- c) Nível III – formação em nível superior, em curso de licenciatura plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;
- d) Nível IV – Pós-graduação "Lato sensu" na área de educação, nos termos da legislação vigente. (ARIQUEMES 2007).

Na Lei municipal, o professor é diferenciado por níveis de acordo com o seu grau de estudo, sendo merecido por esses, sendo sua remuneração determinada de acordo com o nível em que se enquadra.

No artigo 8º da Lei Municipal é tratada a participação de representantes da educação, no processo para a seleção de profissionais da educação através de concurso público, onde:

Art. 8º Será consentida, se requerida previamente, a participação de representante da categoria na organização de concursos desde a elaboração do edital até a seleção e consequente nomeação dos aprovados. (ARIQUEMES, 2007).

O artigo 8º trata da representação da categoria na organização de concursos, na elaboração de editais, chegando até o processo final de nomeação dos aprovados. Nesse sentido, o processo democrático fica aliado à valorização dos profissionais em prol da participação direta em decisões importantes para o meio.

Outra conquista muito importante com esta Lei está na Seção II, com o título “Progressão por elevação de Nível”, sendo que o artigo 11 diz:

Art. 11. É a passagem automática do Profissional da Educação ao nível superior, correspondente à escolaridade alcançada independentemente do grau em que atue e de atividade que exerça. (ARIQUEMES, 2007).

Isso faz com que o profissional possa ver sua formação como valorizador no seu trabalho, dando continuidade em seus estudos, recebendo a mais por isso e, é claro, tendo mais conhecimento. Com isso o município valoriza o profissional dando a garantia desse reconhecimento.

O profissional da educação deste município pode ainda fazer gozo de afastamento remunerado a cada quinquênio do seu efetivo exercício, para a sua formação continuada.

Artigo. 14. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o Profissional da Educação poderá, no interesse do ensino, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até quatro meses para participar de curso de qualificação profissional, observado o disposto no artigo 13. (ARIQUEMES, 2007).

O profissional que manifestar interesse por cursos de aperfeiçoamento ou qualificação profissional poderá pedir afastamento por até quatro meses de sua

função, desde que o mesmo tenha cinco anos ou mais, sem interrupção, fazendo gozo do seu respectivo salário sem prejuízos ao mesmo.

Sobre a jornada, o artigo 15 esclarece as diferenças sobre qual o município oferece no edital para contratação:

Art. 15. O regime de trabalho dos profissionais da educação será de 20 horas semanais ou 40 horas semanais;

§ 1º A jornada de trabalho de professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração escolar, reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e o aperfeiçoamento profissional. (ARIQUEMES, 2007).

A carga horária do professor (a) fica distribuída de acordo com a vaga para qual prestou concurso. Além de sua regência em sala de aula estes profissionais tem por direitos usufruir dos seus horários para planejamentos de regência, reuniões pedagógicas, atendimentos à comunidade escolar e, ainda, aperfeiçoamento profissional. O docente então não está submetido a cumprir sua carga horária somente em sala de aula, ficando para estes horários reservados para um melhor desempenho profissional.

Sobre a carga horária do professor, o artigo 19 diz respeito ao limites de aulas excedentes²:

Art. 19. O professor não poderá de maneira alguma ultrapassar a título de aulas excedentes, a carga semanal de;

I – 10 (dez) horas para o professor com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas;

II – 30 (trinta) horas para o professor, com a carga horária semanal de 20(vinte) horas (ARIQUEMES, 2007).

O artigo 19 trata das aulas excedentes, que delimita o número de horas que o professor não poderá exceder de acordo com a carga horária ao qual foi submetido pelo concurso público. Diante desse contexto, percebe-se a preocupação com a qualidade de ensino que vem sendo oferecido, por esse profissional uma vez que o mesmo possa comprometer o seu tempo máximo em regência, sabendo que

² Aulas excedentes no contexto da Lei Municipal Nº 1305/2007 é o pagamento excedente de horas extras para o cargo de professor, sendo que o mesmo só poderá receber o excedente se tiver horas além do número de aula para ministrar relativo a sua remuneração.

o tempo reservado para estudo e planejamento é essencial para uma boa qualidade de ensino esperado.

Em relação à gratificação pelo Exercício de Direção e Vice Direção, o artigo 26 vem estabelecendo

Art. 26. A gratificação pelo Exercício de Direção, e Vice – Direção, secretaria escolar observará a tipologia das escolas conforme anexo IV desta lei (ARIQUEMES, 2007).

Os gestores escolares como explica o artigo 26 têm sua remuneração diferenciada dos demais docentes, em relação às suas atribuições e dedicação diferenciada dos demais.

Ainda se faz jus a gratificação diferenciada dos demais, profissionais que exercem suas atividades, em escolas que são reconhecidas de difícil acesso das demais.

Art. 29. A gratificação pela escola de Dificil Acesso ou Provimento será de 30%, a 50% do vencimento básico. (ARIQUEMES, 2007).

Aqui atentamos atenção principalmente às escolas da zonal rural que por motivos de distancia, tempo e deslocamento se diferencia por exemplos de escolas de centros urbanos. Sobre a forma de abono salarial, o artigo 30 diz que:

Art. 30. Será concedido um Abono Salarial conforme sobra de saldo verificado na transferência do FUNDEB destinada a assegurar remuneração do magistério (60% dos recursos do FUNDEB) (ARIQUEMES, 2007).

O artigo 48, da referida Lei Municipal, em suas Disposições Finais estabelece o 1º dia do mês de maio para as reposições salariais.

Art. 48. Fica estabelecido o dia 01 de maio como data base para as reposições salariais da categoria dos profissionais da Educação Municipal de Ariquemes – Rondônia (ARIQUEMES, 2007).

Ainda sobre o Artigo 48 da Lei Municipal mencionada, podemos perceber as várias conquistas locais para os profissionais da educação, mas ainda é preciso que de fato esses profissionais tenham conhecimento de seus direitos para, então, agir como fiscalizadores públicos, e que venham participar de forma mais organizada nas conquistas de políticas de valorização da classe.

3.3 Valorização do magistério nos Planos de Educação

Para aprofundar os estudos em relação à valorização do magistério no Brasil, tomamos como ponto de partida o texto referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que ouviu a sociedade nos Municípios, nos Estados, para só depois chegar na Conferência Nacional, em Brasília, articulando, de forma sistêmica e democrática, a participação de todos os entes federados.

A CONAE foi precedida de conferências municipais, regionais e estaduais que contaram com a participação de professores e outros profissionais da educação, estudantes, pais, gestores, pesquisadores, diversos sujeitos e segmentos organizados em torno da educação (ANPED, 2011, p. 7).

Este debate possibilitou mecanismos para que o setor da educação fosse discutido para, daí então, criar estratégias para a elaboração do Plano Nacional de Educação, que, então, serviria para os próximos dez anos a partir da data de aprovação.

(...) um processo de debate democrático que possibilitou a participação efetiva de diversos segmentos, discutindo os rumos da educação brasileira - da creche à Pós-Graduação - para retirar daí os subsídios necessários à elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos (ANPED, 2011, p. 7).

Além da participação da comunidade escolar (os delegados foram escolhidos a partir dos segmentos escolares: alunos, professores, pais), entidades de referência nacional nos processos de mobilização pela educação participaram das conferências, seja no âmbito municipal, estadual e nacional, como a:

(...) ANPEd participou ativamente do processo de organização da CONAE, representando as entidades de estudos e pesquisa em Educação: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), bem como do debate que a precedeu em diferentes estados e municípios do Brasil, por meio da participação direta de seus associados (ANPED, 2011, p. 07).

Essa participação foi de grande importância para que se pudesse garantir algumas reivindicações para o magistério no Brasil, visto que essas entidades prezam integralmente pela valorização na carreira dos professores brasileiros.

Nessa conferência, uma das metas e estratégias foi a de valorização dessa categoria, fato relevante para o contexto da luta pela carreira docente, ainda que o texto final do Plano Nacional de Educação não tenha contido todos os avanços esperados pela sociedade brasileira.

O Projeto de Lei enviado pelo executivo federal ao Congresso Nacional não alcançou as expectativas da CONAE em relação às estratégias propostas pela conferência e algumas Associações, em destaque a Anped, elaborou um documento defendendo algumas estratégias definidas nas Conferências que representam avanços importantes para o setor educacional e que não foram contempladas no texto do Projeto de Lei.

O Plano Nacional de Educação, que teve suas metas e estratégias resultantes desse processo de elaboração, foi dividido em vinte metas a serem alcançadas ao longo dos dez anos a partir da aprovação do Plano, sendo que as metas 17 e 18 tratam especificamente da valorização do magistério no Brasil.

PNE – Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE (BRASIL, 2014).

A meta 17 do Plano nacional de educação trata de garantir uma remuneração adequada à classe docente e torna-se ponto de partida na proposta de articulação institucional para a valorização profissional a partir das estratégias para que a meta possa ser alcançada.

17.1) constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; (BRASIL, 2014).

Nesta primeira meta atentamos para a questão salarial do magistério que visa à atualização progressiva do piso salarial desses profissionais, garantido no âmbito federal, estadual, distrital e municipal. Para isso a estratégia 17.2 traz a seguinte tarefa:

17.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (BRASIL, 2014).

Para garantir a primeira estratégia da meta 17, a segunda tem como objetivo acompanhar a questão salarial dos profissionais em questão por meios de pesquisas para avaliar as progressões em âmbito nacional, comparando o piso nacional vigente com os salários recebidos pelos outros profissionais.

A estratégia 17.3 tem por objeto os Planos de Carreira:

17.3) implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar. (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, o Plano Nacional prevê, para todas as esferas, condições para que a categoria possa ter Planos de Carreira nas suas atuações, podendo estes ainda progredirem dentro da sua área de formação. Para tanto, propõe-se

17.4) ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional (BRASIL, 2014).

Elaboradas todas as propostas, a União fica como a principal responsável pela assistência financeira para articular meios para a execução dessas propostas de valorização do magistério a nível nacional.

A partir dessas informações iremos fazer a comparação das metas e estratégias do Plano Nacional em relação ao Plano Municipal de Educação do município de Ariquemes, Rondônia, que é o lugar eleito para a investigação empírica desta pesquisa. Começaremos pela Meta 17, acima esplanada no PNE (2014-2024) e que traz a seguinte redação no documento municipal.

PME – Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública, a fim de equiparar gradualmente, a partir da vigência deste Plano, seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente (ARIQUEMES, 2010).

No que se refere à valorização dos profissionais do magistério, podemos notar a equidade entre as propostas das duas esferas, porém, o Plano municipal não prevê uma data para que essa meta seja cumprida, diferente da do Plano nacional que prevê até o sexto ano da vigência do Plano. Diante dessa interpretação, podemos não ter a clareza dessa meta. Nas estratégias seguintes, podemos notar avanços significativos nas propostas.

17.1) Garantir que todos os cursos de aperfeiçoamento e qualificação, inclusive na segunda pós, na área de educação com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas acumulativa, seja remunerado com percentual de no mínimo 3% (três por cento) do salário base, não excedendo a 9% (nove por cento) na totalidade (ARIQUEMES, 2010).

Diante dessa proposta de valorização, podemos ter clareza do avanço significativo, dando um impulso aos profissionais da educação, especificamente aos professores a se qualificarem melhor, tendo em vista que o Plano de Valorização municipal já contempla 15% de aumento na primeira especialização.

Outra estratégia que visa ao melhor aperfeiçoamento do magistério no município, diz: “17.2) Garantir aos profissionais do magistério o afastamento remunerado para cursar Mestrado e/ou Doutorado, obedecendo à legislação vigente”. Nessa condição, podemos perceber a possibilidade do profissional ter o afastamento por direito a fim de continuar seus estudos e, assim, poder trazer um rendimento ainda melhor para a educação municipal. Contudo, o que fica entre linhas é o tempo que esse profissional pode ficar afastado sem ser prejudicado na sua remuneração, sabendo que, para cursar mestrado e doutorado, exige-se um tempo para a conclusão do curso, saída desse profissional sem que o mesmo seja prejudicado. No requisito remuneração, a seguinte meta visa:

Art. 14. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o Profissional da Educação poderá, no interesse do ensino, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até quatro meses para participar de curso de qualificação profissional, observado o disposto no artigo 13 (ARIQUEMES, 2007).

Nesse sentido, temos clareza do direito, mas, ao mesmo tempo, podemos ter interpretações inquietosas desse artigo uma vez que o mesmo exemplifica, no caso do mestrado ou doutorado, se o profissional terá direito de pedir um afastamento extra, considerando que, para cursar mestrado e principalmente doutorado, exige-se muito mais tempo do que o estabelecido em lei.

17.3) Assegurar valorização profissional aos trabalhadores em educação, através de remuneração condigna, gratificações e auxílios, a partir da vigência deste PME através de Concessão de auxílios: saúde, alimentação e transporte, para os trabalhadores da Educação (ARIQUEMES, 2010).

Nessa estratégia, notamos a importância dada à saúde, alimentação e transportes aos profissionais da educação, merecidamente válida, uma vez que os mesmos ainda não usufruem desses benefícios, para o cumprimento dessas estratégias, o município terá, após a vigência, que:

17.4) Incorporar todas as gratificações (permanentes) já existentes ao salário base imediatamente, e as gratificações que vierem a ser criadas incorporar a partir de 1 (um) ano de sua aprovação. (ARIQUEMES, 2010).

As políticas mencionadas na estratégia de mesmo número no Plano Nacional, propõe a assistência financeira da União, de forma que favoreça o alcance da meta do Plano Municipal.

No Plano Municipal algumas dessas estratégias são especificadas quanto ao prazo para cumprimento, normalmente, após um ano de vigência, como o executivo ter que incorporar nos salários as gratificações estabelecidas.

Fazendo uma relação das estratégias 17.4 dos Planos Nacional e Municipal, comparamos com a de número 18 do Plano Nacional, é possível estabelecer uma relação entre a esfera federal e municipal.

A seguir, veremos o que a meta 18 assegura aos profissionais em educação.

PNE – Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014).

Neste mesmo sentido, está a meta 18 do Plano Municipal de Educação de Ariquemes, quando prevê

PME – Meta 18: Garantir, durante a vigência deste PME, recursos para implementação do plano de carreira dos profissionais do Sistema Municipal de Ensino, tomando como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (ARIQUEMES, 2010).

No que se refere ao âmbito do Plano Nacional, o município propõe buscar mecanismos financeiros para que esta meta seja cumprida em relação ao piso salarial do magistério, ou seja, a esfera municipal, em se tratando do texto do Plano de educação, está em equidade com o da meta nacional.

Mais uma vez os Planos de carreiras são mencionados e assegurados, sendo o piso um objetivo primordial a ser alcançados nacionalmente. Logo, a relação existente entre as estratégias e metas acima citadas, demonstram uma política processual para o alcance do piso salarial.

O Plano Nacional também trata da qualificação profissional do magistério, como pode ser verificada na estratégia 18.4:

18.4) prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu* (BRASIL, 2014).

Com isso, analisamos a valorização no campo nacional um tanto amplo e condizente com a necessidade para o magistério no Brasil, porém o que devemos de fato interpretar é como essas mesmas estratégias estão postas nos Planos Municipais, podendo aqui contradizer o algo bom e esperado. Nesse sentido, se faz necessária a análise das metas 18.3 e 18.4 no Plano Municipal de Ariquemes, que proferem:

18.3) Assegurar 4(quatro) horas mensais de formação continuada computada na hora de trabalho dos profissionais técnicos da educação (ARIQUEMES, 2010).

18.4) Garantir que os profissionais da educação tenham acesso aos equipamentos essenciais à sua qualificação profissional e aprimoramento de suas condições de trabalho (ARIQUEMES, 2010).

As metas do Plano Municipal, ainda que tratem da qualificação docente, não dão as mesmas garantias do que está estabelecido no Plano Nacional. Diante de todas essas propostas e metas, faz sentido os profissionais buscarem medidas para qualificarem sua atuação docente, no entanto, será preciso buscar, junto ao poder público municipal, melhores garantias no sentido de assegurar a possibilidade de formação, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*, como prevê o Plano Nacional.

Diante dessa análise, o que preocupa é a garantia desses direitos e se esses realmente serão realizados uma vez que, não estando esses direitos assegurados os direitos nos Planos Municipais, os avanços podem se perder no contexto das atuais mudanças propostas pelas reformas neoliberais, mudanças essas que não são positivas para a categoria do magistério brasileiro, contudo não devemos negar a conquista que se teve nos últimos anos com os Planos de Educação e a viabilidade da luta a partir das reivindicações para que cumpra-se o que, nacionalmente, se conquistou.

4 METODOLOGIA

Atualmente a luta de classes tão discutida pela teoria marxista, tomou várias perspectivas, como os próprios autores do Manifesto Comunista indicavam “A coligação de forças da classe operária, já alcançada pela luta econômica, deverá também servir, nas mãos dessa classe, como uma alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores” (MARX; ENGELS, 2000), é preciso avançar na luta de maneira a minimizar o poder político da classe dominante.

Esta pesquisa visa investigar a participação do magistério, enquanto categoria, na arena política onde se desdobra a luta do movimento dos educadores em prol da valorização dos profissionais do magistério.

Para tanto, faz uso da perspectiva teórica do materialismo histórico, tendo em vista sua ênfase na percepção dialética da realidade, considerando a luta de classes, a importância de que a luta se estabeleça também no âmbito político e o desafio da organização política dos trabalhadores.

Para realização da pesquisa, fez-se um levantamento da história da organização política do magistério no Brasil, estudo que subsidiou a escrita da sessão dois desta monografia. E, em seguida, fez-se um estudo documental sobre a legislação quanto à valorização do magistério, tendo como percurso a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, a Lei Municipal do Plano de Carreira dos professores do município de Ariquemes e os Planos Nacional e Municipal de Educação, estudo que fundamentou a sessão três deste trabalho.

Após o fortalecimento do conhecimento referente aos temas pertinentes à pesquisa, fez-se a investigação empírica junto aos representantes da categoria vinculados ao Sindicato com a intenção de conhecer a participação e influência da categoria nos processos decisórios que produziram os documentos orientadores que regem a atual carreira docente na rede municipal de ensino de Ariquemes.

Para a coleta de dados, optou-se por observação participante e realização de entrevista. Para Severino, pesquisa participante:

É aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. (SEVERINO, 2007, p. 120).

Para a técnica de entrevistas foram utilizadas as não-diretivas, que são:

Por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante a vontade para expressar sem constrangimentos suas representações. (SEVERINO, 2007, p. 125).

As entrevistas foram realizadas junto à liderança do sindicato que participou das discussões do processo de construção da lei municipal de valorização do magistério (2007), do processo participativo de construção do Plano Municipal de Educação de Ariquemes (2008/2009), das CONAEs (Confederação Nacional de Educação (2009/2010) que subsidiaram a elaboração do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e, ainda, da Conferência pelo realinhamento do Plano Municipal ao novo Plano Nacional de Educação (2015).

A pesquisa seguiu um roteiro de entrevista (ver Apêndice) elaborado de acordo com o foco do trabalho. Fizeram parte da fase empírica uma professora e dois professores sindicalistas, vinculados a um sindicato dos trabalhadores em educação da região.

A observação participante ocorreu por meio da participação deste pesquisador na Conferência para o alinhamento do Plano Municipal de Educação ao novo Plano Nacional, com participação no grupo de trabalho que discutiu a Meta 17 (Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal)

Foram utilizados documentos elaborados por este pesquisador para apresentação da pesquisa ao sindicato (ver Apêndice A, p. 53) e autorização dos entrevistados (ver Apêndice B, p. 54).

Os nomes dos professores sindicalistas entrevistados não estão informados nesta pesquisa, evitando a identificação dos mesmos, sendo feito a substituição do

nome na produção do texto monográfico. Todos os nomes indicados neste trabalho são fictícios.

Os dados coletados foram analisados de acordo com a teoria abordada e com a prática vivenciada que, para Severino (2007, p. 117), “descreve a praxidade como os acontecimentos, os fenômenos da esfera humana, estão articulados entre si, na temporalidade e na espacialidade, e se desenvolvem através da prática, sempre histórica e social, e que é a substância do existir humano”.

A elaboração da pesquisa foi feita seguindo os seguintes passos:

- a) Levantamento bibliográfico e documental em relação ao tema;
- b) Estudo da história da organização política do magistério no Brasil;
- c) Estudo da legislação que orienta o tema da valorização docente no Brasil;
- d) Preparação do roteiro de entrevistas;
- e) Coleta de informações através da aplicação da entrevista;
- f) Análise dos dados obtidos durante a pesquisa subsidiada pelos estudos bibliográfico e documental;
- g) Elaboração do texto monográfico.

5 A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Para investigar a participação do magistério, enquanto categoria, na arena política onde se desdobra a luta do movimento dos educadores em prol da valorização dos profissionais do magistério no Município de Ariquemes, fez-se o uso de entrevista com um roteiro de perguntas relacionadas a valorização do magistério na Lei Municipal do Plano de Carreira dos professores do município de Ariquemes e os Planos Nacional e Municipal de Educação.

Foram entrevistados três professores que atuam na frente sindical do Município de Ariquemes, sendo as sete primeiras perguntas das entrevistas relacionadas com a sua formação e a motivação pela frente sindical. As três perguntas finais foram focadas nos processos de valorização do magistério sobre as políticas de valorização nas leis acima citadas. Os dados produzidos no processo de investigação e a análise destes, estão organizados abaixo. Para posicionarmos frente a este contexto, tomamos como base Abreu (2014):

A nova conjuntura se abriu no final da década de 70 com a retomada das lutas sindicais marcada pela campanha de reposição das perdas salariais iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1977, pela greve na Saab-Scania em 1978 e pela eclosão de uma série de lutas sindicais e populares contra o regime, oferecendo um momento fértil para o crescimento, a generalização e rearticulação das lutas dos professores. (ABREU, 2014, p. 4).

Sabendo da importantíssima função do sindicato tomamos rumo à análise dos dados no âmbito desta pesquisa. Pensar em mudança na educação é pensar em todos os profissionais envolvidos neste processo tomarem posição e conhecimento político da real situação em que estamos inseridos.

O Sindicato em que atuam os representantes do magistério entrevistados, é de amplo alcance territorial, e a Diretoria Regional onde atuam estes profissionais, abrange nove municípios da região, denominada Território Vale do Jamari. Esta entidade de classe representa não só os docentes, mas também as outras categorias inseridas como trabalhadores em educação.

Para realização da análise, buscou-se a reflexão sobre o perfil dos professores e professora sindicalistas, suas formações profissionais e a participação destes e desta na construção da política de valorização docente no âmbito do

sistema público municipal de ensino em Ariquemes (RO), conforme apresentado abaixo.

5.1 A representação sindical e sua participação nos processos políticos pela valorização do magistério na rede municipal de ensino de Ariquemes (RO)

Para o tratamento das informações que subsidiam o levantamento do perfil dos professores entrevistados, primeiramente recorreu-se à respostas dadas às questões propostas no roteiro de entrevistas.

A apresentação dos resultados quanto ao perfil dos entrevistados apresentam aspectos diferentes na área de formação, mas encontram todos na perspectiva enquanto à organização sindical em prol de melhorias, principalmente na área de valorização do magistério.

Serão apresentados primeiramente os resultados quanto à formação inicial, sobre a atuação na docência e a motivação pela organização política. Levando em consideração a política de preservação de imagem, daremos nomes fictícios aos entrevistados, sendo dois do gênero masculino e uma do gênero feminino. O primeiro entrevistado receberá o nome de Marcos, que foi entrevistado no sentido de buscar informações referentes ao plano Municipal de Educação, lei Municipal de Valorização dos profissionais em Educação e Plano Nacional de Educação. A segunda e o terceiro entrevistados foram argumentados em quanto o realinhamento do Plano Municipal de Educação, uma vez que esta recebeu o nome de Elisângela e o outro de Ricardo, ambos de frente sindicais no Município de Ariquemes.

Marcos é licenciado em matemática, pós-graduado por meio de dois cursos de especialização, um em gestão pública e outro em gestão e metodologia do ensino do magistério, formou-se em 2002, atua há 15 anos na educação, sempre participou de grêmio estudantil, reuniões e discussões políticas. A faculdade aguçou ainda mais sua visão política, atualmente é filiado a um partido político de base trabalhista. O entrevistado foi eleito representante sindical no ano de 2005, foi reeleito mais três vezes, totalizando nove anos e oito meses de mandato, com representatividade ainda vigente enquanto representante junto ao sindicato dos profissionais da escola em que trabalha atualmente, sendo que destaca na sua entrevista que sempre buscou políticas de melhorias para o magistério.

O entrevistado, ao ser perguntado sobre a sua visão quanto à valorização do magistério na legislação atual, vê como boa, mas lembra de que alguns pontos devem ser revisto.

Esse profissional participou da elaboração do Plano Municipal de Valorização dos profissionais em educação, e afirma que os representantes sindicais propuseram algumas reformulações no plano de carreira, relembra que o sindicato foi participativo na elaboração. O principal ponto destacado como influência do sindicato foi quanto a abrangência do Plano que inicialmente tratava apenas da carreira do magistério, mas, após questionamentos do sindicato, tendo em vista que a política de valorização deveria englobar todos os profissionais em educação, o Plano tornou-se “Plano Municipal de Valorização dos Profissionais em Educação”.

Marcos relata que o plano citado foi elaborado e reformulado na gestão do prefeito Confúcio Aires Moura, sendo o professor conhecido por Chico Pinheiro, o secretário de educação da época. O sindicalista ainda lembra que o sindicato participou efetivamente na elaboração do documento com o executivo, os representantes das escolas também contribuíram, geralmente dois professores de cada escola participavam, o mesmo enfatiza ainda que várias outras metas poderiam ser abordadas no plano mas rememora que o legislativo acabou interferindo nas propostas finais.

O plano foi construído e votado de forma democrática, tendo ampla participação da comunidade. Depois da aprovação, ficou decidido que o mesmo sofreria formulações após 4 anos de exercício, porém não aconteceu. De 2007 até hoje houve troca de gestão municipal e ainda não houve as reformulações necessárias. Na conversa, o mesmo afirma que o sindicato prevê mudanças ainda esse ano no plano de carreira para que essas adequações sejam pautadas e se possíveis aprovadas.

Marcos ainda participou da construção do Plano Municipal de Educação e alega a participação da categoria do magistério neste processo. Também lembra que foi convocado para uma assembleia onde todas as entidades públicas e privadas, e toda população foi convidada a participar na elaboração do documento, as reuniões aconteceram durante um ano e oito meses. Nessa elaboração foram ofertadas pelo executivo vinte vagas para os representantes do sindicato participarem, onde foram divididas por grupos temáticos. O entrevistado comenta o processo de reformulação no Plano Municipal com o Plano Nacional que já vem

sendo feito desde 2014 e, o processo fica finalizado com a Conferência Municipal pelo realinhamento em 2015.

Em pergunta sobre a proposta do sindicato na elaboração do Plano Municipal, o professor afirma que foi válida a participação, porém questiona a participação da União na destinação dos recursos. Esse ainda afirma que não há possibilidade de valorização do magistério sem a participação efetiva da União na política pública de valorização, sendo que as discussões locais não conseguem alcançar influência nas decisões nacionais e alterar a forma de participação da União. Propõe ainda a dedicação exclusiva do magistério como regime de trabalho, podendo assim trabalhar de forma mais eficaz e tendo uma valorização condigna.

O professor entrevistado enfatiza a proposta da dedicação exclusiva, como um mecanismo para que professor possa-se dedicar diretamente ao trabalho em uma mesma escola, deixando de assumir outros contratos, como exemplos os estaduais e particulares, para assim poder desempenhar um melhor trabalho na mesma instituição, mas indaga que isso somente será possível se esse profissional tiver uma boa qualificação e se a proposta for aderida como Lei.

Uma informação importante que este traz sobre a política de valorização municipal é que o município recentemente adequou o piso salarial do magistério, uma importante conquista que é lembrada nesse momento em que o mesmo expõe sobre uma mobilização de greve, que foi a de o professor não ganhar menos que o piso salarial nacional. Isso deve ser automaticamente feito com o ajuste nacional, tendo uma diferença assegurando a diferenciação do professor com formação superior para o professor formado em cursos de nível médio, tendo nesse sentindo uma valorização por qualificação, o que motiva ainda mais a classe para a atualização profissional. E o que tange a Constituição Federal de 1988, ainda não condizia com nossa situação Municipal.

Apesar de a Constituição Federal brasileira prever como base do ensino público, dentre outros, o princípio da valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes planos de carreira com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (art. 206, inciso V), essas garantias são postergadas, pois sua concretização é remetida a leis posteriores (CUNHA, 2009, p. 8)

Finalizando a entrevista, o mesmo foi questionado em relação à influência do executivo na aprovação tanto do Plano Municipal de Valorização dos Profissionais

da Educação quanto no Plano Municipal de Educação. Respondendo à pergunta, ainda informou que sempre existiu interferências, porém, questionou que o sindicato sempre tentou fazer com que fosse aprovado na medida em que os documentos foram formulados com a participação da comunidade.

Para exemplificar as disputas de influência entre sindicato e executivo municipal, o professor Marcos ressalta que uma grande conquista pelo sindicato foi a aquisição de ônibus públicos para o transporte escolar, que, quando foi feita a proposta, o executivo não acatou, vindo nesse ano aderir à compra de ônibus para esse transporte.

Realçando a participação social das organizações políticas sindicais nas conquistas de valorização do magistério, o mesmo afirma uma ruptura da classe na participação por esses profissionais, alegando que a falta de interesse é um fator que prejudica o processo de mobilização tornando, assim, difícil a comunicação e organização em prol da melhoria para essas políticas e até mesmo para a compreensão do papel político do professor enquanto ator diretamente envolvido na formação intelectual da classe trabalhadora.

E, se, por um lado, a desvalorização do trabalho manual é ilusoriamente atribuída à falta de escolarização, de outro, a escola se encontra, estreitamente, vinculada com o desenvolvimento intelectual do ser humano e com a sua preparação e desenvolvimento profissional. Importa-nos, livrar o proletariado das ilusões, desenvolvendo suas expectativas, possibilitando, através de sua capacitação intelectual, a destruição das condições objetivas de trabalho manual que impedem o trabalhador de refletir sobre a sua prática tanto profissional quanto social. A escolarização pode vir a ser um instrumento necessário para a superação da prática que faz do trabalho, manual e também o intelectual articulado aos interesses burgueses, um fator de exploração e dominação humana (TUCKMANTEL, 2002, p. 37).

A segunda entrevista foi com Elisângela, graduada em pedagogia, em 2008. A mesma atua há 6 anos na educação, a mesma conta sobre sua vontade na participação sindical que foi através da insatisfação com a desvalorização do magistério. A própria conta que não estava satisfeita com a gestão anterior do sindicato, onde detectou algumas falhas cometidas no sentido até mesmo de legislação com o estatuto.

A entrevistada não é filiada a nenhum partido político, é representante sindical do município pela primeira vez, sobre a legislação vigente em prol da

valorização do magistério a mesma contextualiza uma separação entre documento e prática, tem a clareza da desvalorização do magistério.

Elisângela participou do realinhamento do Plano Municipal de Educação no mês de março de 2014, a comparte afirma o convite que foi estendido ao sindicato e afirma a legitimidade que se deu na reformulação do texto final do Plano de Educação.

Tratando das metas 17 e 18 do Plano que se trata da valorização do magistério, Elisângela afirma com convicção a participação do sindicato na elaboração das propostas estabelecidas, porém relembra que o sindicato trabalha de forma prudente na questão dos impactos, que muitas vezes, são os principais obstáculos nas propostas estabelecidas. A própria tem a clareza de que se não organizar o sindicalismo com legitimidade, este perde seu foco e precariza ainda mais a base. Relembremos o ano de 1989 como palco marcante para as eventuais conquistas no assunto educacional:

O ano de 1989 foi palco da mais longa Greve já registrada no Estado de São Paulo: 80 dias em defesa da Escola Pública e por um Piso Salarial Profissional. O resultado deste episódio foi o reajuste de 51 a 126%. No mês de julho daquele ano, após a Greve, o Professor I atingiu um poder de compra equivalente a mais do dobro do que é hoje. (TUCKMANTEL, 2002, p. 84).

Momentos históricos que devem ser lembrados no âmbito de conquistas partidas da organização política do magistério. Sobre a influência do executivo, ela tem clareza que houve um erro, considerado grave, que foi a baixa participação dos professores no realinhamento do Plano. Elizangela, denuncia que a diretoria das escolas, de certa forma, vetou a participação desses funcionários, não estendendo o convite de forma democrática, como deveria ser. Ainda afirma que a maioria dos profissionais não sabem da existência desse documento que serve como ferramenta do processo de valorização do magistério.

O papel do sindicato nesse âmbito e fiscalizar até a fase do processo final que é definido no legislativo. Para isso a sindicalista fala sobre uma comissão que teria esse papel fundamental de fiscalizar essa tramitação. Sobre a participação social e influência do sindicato nas questões de valorização do magistério, Elisângela argumenta que a classe está cansada, e percebe que a desmotivação é tremenda, ela lembra sobre a mobilização para a paralisação nacional, pela CNTE, que por falta de conhecimento, não aderiu.

Outro problema visto pela sindicalista é a sobrecarga que o professor acarreta e com isso acaba despercebido pelas reais problemáticas referente sua valorização profissional. Enfatiza que um grande número de profissionais não conhece seus direitos e nem possui reais vontades de se politizar. Na finalização, a entrevistada fala claramente dos desafios que o magistério enfrenta na valorização profissional e ainda tem clareza de uma mudança necessária nos sindicatos em relação a uma organização mais consciente e estudada, para então, assim, buscar melhorias com argumentos sustentáveis perante a uma legislação contraditória.

O terceiro e último entrevistado, Ricardo, foi questionado sobre o realinhamento do Plano Municipal de Educação, mas também contribui com informações importantes relacionando um olhar geral da política de valorização no Brasil. Ricardo é graduado em geografia há 14 anos e pós-graduado em gestão e manejo de gestão ambiental, concluiu sua graduação em 2002, sua docência soma 14 anos, sobre sua motivação política. O mesmo fala que sempre atuou junto com os movimentos sociais, ongs ambientais, partido políticos, foi filiado Greenpeace, foi filiado ao PT. Diante desse relato, cabemos observar o ocorrido no ano de 1980, pelo movimento dos educadores.

Fortalecido pela mobilização social, no final da década de 1980, o movimento de educadores se organizou em fóruns. O primeiro foi o Fórum Nacional da Educação na Constituinte, no qual entidades da sociedade civil, comprometidas com um projeto de educação para emancipação, uniram-se para os embates entre forças antagônicas nas batalhas pelo que ficaria garantido no texto constitucional. Destaca-se, nesta arena, a disputa entre os privatistas e os defensores da escola pública brasileira. Neste momento, não houve uma proposta específica pela formação docente, mas sim, de forma genérica, pela valorização do professor (CIOFFI, 2013, p. 27).

Como diretor de sindicato, afirma que está atuando pela primeira vez. Sobre a visão pessoal em relação à política de valorização do magistério brasileiro, Ricardo explica a diferença entre as esferas Federal, Estadual e Municipal, nesse momento o professor lembra várias conquistas que transformaram em leis, mas que as mesmas ainda não concretizam, ficando desse modo apenas no papel.

Sobre o realinhamento do Plano Municipal, Ricardo lembra que o próprio existe há mais de cinco anos, observando que o que foi feito no ano de 2015, foi apenas mudança tentando equiparar ao Plano Nacional de Educação. A participação do Sindicato, afirma este, que partiu da Secretaria Municipal de Educação (SEMED),

no entanto, afirma que o realinhamento não foi divulgado o suficientemente para uma maior participação da sociedade, inclusive dos professores municipais.

Na proposta de valorização do magistério, que como foi dito anteriormente, mencionadas nas metas 17 e 18, o representante afirma que o sindicato contribuiu de forma significativa para as sugestões no texto final. Ainda nesse momento, o mesmo conta da dificuldade imposta pela secretária municipal de educação, que ficou irritada com as propostas feitas pelo sindicato, tentando às vezes interferir nas decisões.

Outra questão é sobre a interpretação das metas, como por exemplo, onde se propõe que até o sexto ano de vigência do Plano, que será 2020, os professores deverão ser remunerados com salários equiparados aos demais profissionais com nível superior, pergunta-se: qual seria esse valor? Ou seja, a quais profissão seriam equiparados os salários, uma vez que em algumas profissões, os salários chegam a R\$25.000,00.

Outra proposta feita, foi no financiamento municipal para que o município possa fiscalizar e coletar os impostos a fim de subsidiar a educação. O mesmo ainda reafirma que a participação pública foi essencial para a elaboração das propostas, mas que não alcançou o público e quantidade esperada, tendo a gestão municipal e gestores escolares influenciados de forma negativa neste contexto.

Na sociedade atual, os meios de trabalho são o monopólio da classe capitalista; a dependência que daí decorre para a classe operária é a causa da miséria e da servidão em todas as suas formas. (MARX e ENGELS, 2010, p.99).

Nas observações feitas pelo entrevistado a respeito da influência do executivo, o mesmo relata que o texto pode ter interferência, mas que o sindicato está fiscalizando todo o processo e que também possui cópias do texto elaborado junto com os demais representantes que participaram na elaboração, mas afirma que o risco maior não está na possibilidade de interferência do legislativo e sim na concretização do documento após sua aprovação, uma vez que várias outras conquistas já foram garantidas, porém não efetivadas.

Na questão da participação social, Ricardo declara positiva a maneira democrática quanto ao convite e a fiscalização das metas alcançadas, que após a aprovação, a cada dois anos, as entidades responsáveis terão que apresentar as

ações executada, a fim de mostrar o que realmente foi alcançado e o que não foi em relação as propostas estabelecidas nos Planos.

Sobre a participação dos professores nas políticas de valorização, o entrevistado possui uma imagem negativa sobre a participação do profissionais, citando dois problemas graves que justifica essa visão: o mesmo destaca o poder público que não tem interesse em divulgar o convite para a participação nas propostas políticas; a desconfiança dos servidores em relação ao poder público e o sindicalismo pelego que mancham a imagem deste. O representante ainda destaca os grandes problemas políticos enfrentados pelo país, com os cenários de corrupção que acabam interferindo no sindicalismo.

Diante desse contexto, observa-se que a vida em sociedade é controlada pela alienação imposta pelos capitalistas. Dessa forma, a estruturação do sistema educacional, reflete os interesses dos capitalistas, já que o sistema educacional esta totalmente vinculada às relações socioeconômicas, políticas e culturais presentes na sociedade. Podemos relatar que a alienação presente no modo de produção capitalista, encontra-se presente em todos os segmentos que compõem a estruturação de uma sociedade. (RODRIGUES e FAVARO, 2010, p. 11).

Desse modo, podemos observar o modo de governar, que a todo tempo influencia nas decisões que seriam necessárias para que mudanças significativas possam ocorrer na política de valorização do magistério, ficando, desse modo, na esperança de uma organização ainda mais politizada para que, de fato, a valorização aconteça de uma forma muita mais abrangente, real e reconhecedora.

6 CONCLUSÃO

Percebeu-se, durante a pesquisa, que a valorização do magistério no Brasil sempre foi palco de muitas discussões, o processo histórico aqui apresentado mostra acontecimentos relevantes de mobilização do magistério para buscar melhorias para a categoria. Nosso país faz parte de um cenário empobrecido pelo sistema de governo capitalista que se perpetua no comando, desde a chegada dos europeus nas terras brasileiras.

A educação, que seria uma ferramenta para a mudança enquanto transformação social, ainda não pode ser considerada um instrumento tão transformador uma vez que um importante protagonista deste setor, o professor, não tem sua valorização justa com o seu trabalho desempenhado.

Nesta pesquisa, tratamos da influência do magistério nas políticas públicas em prol de melhorias na valorização da categoria, observando o papel do sindicato e sua visão no respectivo tema. A pesquisa buscou entender a participação do magistério no Plano Municipal de Valorização dos Profissionais de Educação, Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação.

A investigação empírica começou no Realinhamento do Plano Municipal de Educação, ocorrido em abril do ano de 2015, com o objetivo de observar a participação do magistério na elaboração de propostas de valorização da categoria. Nos dois dias de participação, percebi que o convite à participação se estendeu a toda comunidade, porém com um número pouco significativo, uma vez que se tratavam de elaborações fundamentais para a educação local e ainda para a valorização desses profissionais.

Foi percebido, nesse momento, que a gestão da secretaria municipal tentou, de forma clara, interferir em propostas de extrema relevância para o magistério, sendo a plenária um cenário de grandes discussões, especificamente pela secretária de educação, uma vez que esta buscou impor certa visão de interesse político.

A participação no realinhamento foi de grande importância para a relação da pesquisa teórica com a prática. O segundo momento da pesquisa por meio de entrevista realizada junto aos professores sindicalistas que participaram efetivamente da elaboração desses documentos legais, enquanto representantes da categoria.

Nas entrevistas foi percebido o conhecimento político de cada um e as suas denúncias importantes para o processo de mudança na política de valorização do magistério. Apesar da formação destes serem diferentes, foi verificada uma visão comum em relação ao grande problema na participação do magistério nas organizações sindicais, o que seria de grande importância para uma mudança significativa no setor.

Na condição de sistematização das informações, podemos citar três problemas que influenciam na mobilização efetiva do magistério na luta pela própria valorização, que são: o sistema de governo que condiciona e manipula o processo democrático que ora apresenta avanços, ora fica restrito a exigências legais de regulamentação; a gestão escolar que, enquanto subordinada ao executivo municipal, acaba vetando a participação dos professores em momentos importantes nas decisões da política de valorização docente; e a própria falta de interesse do magistério, podendo esta ser por falta de conhecimento político, de interesse pessoal ou descrença no sistema político que permeia a relação governo-sindicato.

Contudo, a política de valorização do magistério parece não ter tanto valor para o sistema político do nosso país, uma vez que as conquistas dos movimentos dos educadores, ficam permeadas de brechas legais que favorecem o não cumprimento dos direitos adquiridos, pelos governos, seja municipal, estadual ou federal. Diante disso, é lamentável a desmobilização por parte do magistério que ainda não conseguiu se organizar politicamente; das secretarias de educação que muitas vezes não cumprem com o seu papel de garantir os direitos educacionais e favorecem o interesse de um sistema capitalista e alienador; dos sindicatos que precisam rever seus objetivos enquanto frente representativa para não se corromper diante ao sistema estabelecido e fortalecer a luta em prol da categoria.

Conclui-se que o magistério de Ariquemes (RO) influenciou nos documentos elaborados sobre as políticas de valorização da categoria, porém o que falta é a concretização do que se garantiu em Lei, uma vez que o sistema vigente, por meio de exigência de regulamentação, posterga a efetivação dos direitos conquistados e a categoria tem dificuldades na participação efetiva dos profissionais, o que desfavorece o acompanhamento e a pressão política sobre o sistema e também minimiza uma formação política do magistério em termos de conhecimentos em prol das políticas de valorização do magistério.

REFERÊNCIAS

ABREU, Malila da Graça Roxo. **A luta em defesa da educação pública protagonizada pelos professores da educação básica no maranhão na década de 80 e 90: primeiras aproximações.** Disponível em: http://www.xiijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/13/artigo_eixo13_303_1410750843.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/website/sobre-a-anpae/nossa-historia>>. Acesso em: 13 de mar. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Por um plano nacional de Educação (2011-2020) como política de estado,** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCYQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.anped.org.br%2Fsystem%2Fresources%2FW1siZilsljlwMTMvMDgvMjcvmjFfMDJfMjdfNDM3X1BMQU5PX05BQ0IPTkFMX1BvcnRhbc5wZGYiXV0%2FPLANO%2520NACIONAL%2520Portal.pdf&ei=1HMTVcCVMvCQsQT4sYCoBw&usg=AFQjCNEKhQmqtVUoqB2ECQjFub0Fq-ppJQ&sig2=e3d3Ts41mGjPorNgeKJ_pQ&bvm=bv.90790515,d.cWc>. Acesso em: 29 mai. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **História.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/anped/sobre-a-anped/historia>>. Acesso em: 13 de mar. 2015.

ARIQUEMES. **Lei N. 1.533/10.** Aprova O Plano Municipal De Educação Participativo, Cria o Fórum Municipal de Educação de Caráter Permanente e dá Outras Providências. Disponível em: <<http://apps.ariquemes.ro.gov.br/transparencia/leis/show?id=1505>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

ARIQUEMES. **Lei N. 1305/2007.** Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Sistema de Ensino do Município de Ariquemes e dá outras providências Disponível em: http://s3.amazonaws.com/ajucel/pm_ariquemes/leis/1397/0f4f20ecd52d1b104acbe7f3bac84154.pdf. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 mar. de 2015.

BRASIL. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação. [Brasília], 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei:** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRZEZINSKI, I. Formação de professores: a dimensão política e o compromisso social do pedagogo como professor, investigador e gestor educacional. **Revista Brasileira de Formação de Professores** – RBFP, Vol. 1, n. 3, p.51-75, dez. 2009.

CIOFFI, Lara Cristina. **Democracia e mudança educacional**: a influência do magistério na política de formação docente. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). 132f. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte.html>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

COUTO, Ligia Paula. **A pedagogia universitária nas propostas inovadoras de universidades brasileiras**: por uma cultura da docência e construção da identidade docente. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUNHA, MC., org. **Gestão Educacional nos Municípios**: entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

DA SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo. **Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE, 1999.

DAL ROSSO, Sadi. Fragmentação sindical. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 48, jun. 2013

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global editora, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf. Acesso em: 21 mai. 2015.

FREITAS, Helena C.L. de. Plano decenal de educação: Consenso e cooptação. **Revista do Sinpeem**, São Paulo, n. 2, fev. 1995.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 17-43, 1999.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educ. Soc.** [online]. 1999, vol.20, n.68, p. 17-43.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

GONH, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, V.5, n.1, p.11-40, jan./jun.2000. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/Publicacoes.aspx?IdRegistro=23438>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educ. Soc.** [online]. 1999, vol.20, n.68, p. 61-79.

LIBÂNEO, J.C. e PIMENTA, Selma G. **Documento Norteador para a Elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação**. Brasília: Sesu/Mec, 1999.

LIBANELO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educ. Soc.** [online], v. 20, n. 68, p. 239-277, 1999.

LOMBARDI, J.; SAVIANI, D. (orgs.) **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels / José Claudinei Lombardi**. – Campinas, SP: [s.n.], 2010.

LORDÊLO, J.A.C.; DAZZANI, M.V., (orgs.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre, RS: L e PM, 2010.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Feuerbach. Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. In: _____. **A Ideologia Alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Wellington de. O movimento docente de Minas Gerais, Brasil, no final dos anos 1970: um engajamento no "Novo Sindicalismo". **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv** . 2010, v. 8, n. 1, p. 189-204.

ORDONEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. **História**. São Paulo: IBEP, 1999.

PAULA, Douglas Ferreira de. **A união do ensino com o trabalho produtivo: a educação em Marx e Engels**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão; JOIA, Orlando. **Trabalhadores em educação: perfil e representações dos delegados ao 23o. Congresso da CNTE (1991)**. CEDI, 1992.

RODRIGUES, Adriana Aparecida e FAVARO, Neide de Almeida Galvão. **A contribuição do pensamento de Karl Marx para a compreensão da estruturação do sistema educacional**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret2010/Adriana_Rodrigues_contribuicao_do_pensamento_Marx_sistema_educacional.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2013.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas do. **O financiamento da educação segundo os periódicos acadêmicos no período de 1996 a 2010**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0023.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cad. Pesqui.** [online]. 2007, vol.37, n.130, p. 43-62. **Sociedade**, Campinas-SP, v. 25, n. 89, p.1203-1225, set./dez. 2004.

SOUZA, Kátia Reis; BRITO, Jussara Cruz de. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva** [online], v. 17, n. 2, p. 379-388, 2012.

TAVARES, Manuel. Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação Seminário Internacional para discussão de pesquisas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa , n. 15, 2010.

TUCKMANTEL, Máisa Maganha. **A formação política do professor de ensino fundamental: obstáculos, contradições e perspectivas**. Campinas, SP: 2002.

APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Pesquisa vinculada ao DECED/UNIR-ARIQUEMES – Curso de Pedagogia
Acadêmico: Cleiton William Santana / Orientadora: Profa. Lara Cristina Cioffi (UNIR)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado ou Prezada Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação...

A pesquisa intitulada “**A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA**” **POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**” está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Educação, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, sob minha responsabilidade.

O objetivo da pesquisa é estabelecer em que medida o magistério, por meio de seus/suas representantes, a participação da categoria na política de valorização desse seguimento.

A pesquisa junto aos representantes aos representantes sindicais a conhecer a participação da representação do magistério nos planos de educação a nível nacional e municipal.

Para realizar esta verificação, farei entrevistas com os representantes do magistério. Utilizarei primeiramente a apresentação da pesquisa com registro em áudio, possibilitando o retorno às informações. O conteúdo das gravações subsidiará a análise e a elaboração de uma dissertação.

Se V.Sa. sente-se suficientemente esclarecida e disposta a participar desta pesquisa, peço a gentileza de preencher seu nome, o número de um documento pessoal e assinar este termo de consentimento.

Estou à inteira disposição para esclarecimentos que sejam necessários: e-mail cleiton_william2006@hotmail.com cel.: 69 8456 5200; Skype: cleitonariques2013

Antecipadamente agradeço sua colaboração.
Cordialmente,

Cleiton William Santana
Aluno do Curso de Pedagogia/ UNIR/ Campus de Ariquesmes.

Eu, _____, RG: _____, CPF: _____ declaro, após ter lido os esclarecimentos acima, concordar em participar da pesquisa **A influência do magistério na política de formação docente.**

Assinatura

APENDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA OS PROFESSORES

A PARTICIPAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Pesquisa vinculada ao DECED/UNIR-ARIQUEMES – Curso de Pedagogia
Acadêmico: Cleiton William Santana / Orientadora: Profa. Lara Cristina Cioffi (UNIR)

1. QUAL A SUA FORMAÇÃO INICIAL?
2. ANO DE FORMAÇÃO?
3. QUANTO TEMPO DE ATUAÇÃO EM SALA DE AULA?
4. COMO SE DEU SUA MOTIVAÇÃO POLÍTICA?
5. É FILIADA A ALGUMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA?
6. HÁ QUANTO TEMPO ATUA/ OU ATUOU NA VIDA SINDICAL?
7. COMO VC VÊ A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA LEGISLAÇÃO ATUAL?
8. COMO ACONTECEU A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO NAS DISCUSSÕES:
A) PLANO DE CARREIRA MUNICIPAL DE ARIQUEMES;
B) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
C) PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;
D) REALINHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIQUEMES.
9. QUAL A PROPOSTA DO SINDICATO NA OCASIÃO?
10. HOVE ALGUMA INFLUÊNCIA NO TEXTO FINAL? JUSTIFIQUE.
11. QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INFLUENCIA DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DA CATEGORIA NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO?